

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia Trevisa Investimentos S.A. é uma empresa de capital aberto, com sede em Porto Alegre – RS. A atividade preponderante está voltada à participação no capital das empresas controladas Navegação Aliança Ltda., Trevo Florestal Ltda. e Trevisa Operadora Portuária Ltda. Atua, também, na locação de conjuntos comerciais.

2 Bases de preparação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras incluem as demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), bem como as demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado e o patrimônio líquido e resultado da controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

Em reunião realizada em 13 de março de 2012 a Administração aprovou e autorizou a divulgação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do período findo em 31 de dezembro de 2011.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Navegação Aliança Ltda., Trevo Florestal Ltda. e Trevisa Operadora Portuária Ltda.

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real de acordo com a NBC TG 02 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações financeiras. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas levaram em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para a determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações financeiras.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 07** - Valor justo sobre o custo de formação dos ativos biológicos
- **Nota 17** - Contingências

c. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A legislação societária brasileira requer a apresentação obrigatória da demonstração do valor adicionado como parte do conjunto das demonstrações financeiras apresentadas pela empresa. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela empresa e sua distribuição durante os períodos apresentados.

A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis da empresa, que servem como base de preparação das demonstrações financeiras.

d. Base de consolidação

Controladas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle, se inicia até a data em que o controle, deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas apresentam os resultados da empresa Controladora e suas controladas, “Grupo”, como se constituíssem uma única entidade. As transferências entre as partes relacionadas e os saldos entre as empresas do grupo são, portanto, integralmente eliminados.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com os princípios de consolidação da legislação societária brasileira, especialmente a NBC TG 36, compreendendo informações da controladora e de suas controladas.

Na elaboração das informações anuais consolidadas foram eliminadas todos os saldos das contas patrimoniais, receitas e despesas decorrentes de negócios realizados entre as empresas, bem como dos investimentos da controladora contra o patrimônio líquido das controladas.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

i. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Resumo das principais práticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

b. Instrumentos financeiros

ii. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

iii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

iv. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não participam de operações envolvendo derivativos.

c. Contas a receber de clientes

As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes de vendas de serviços, produtos e locações. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base em análise individual dos valores a receber e em montante considerado pela Administração suficiente para cobrir eventuais perdas na sua realização.

O ajuste a valor presente do saldo a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de recebimento. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

d. Estoques

Os estoques são representados por materiais de uso e consumo utilizados na manutenção das embarcações, na controlada Navegação Aliança Ltda. Estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, líquido dos impostos compensáveis quando aplicável, sendo inferior aos valores de realização.

e. Empresa relacionada (controladora)

O saldo representa valores a receber das controladas, oriundos de operações envolvendo créditos e pagamentos de lucros distribuídos de controladas.

f. Ativos biológicos

Os ativos biológicos registrados na controlada Trevo Florestal Ltda. são representados por florestas de eucalipto, pinus e pelo rebanho de gado. São mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda.

O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos é reconhecido no resultado no período em que ocorrem em linha específica da demonstração do resultado, denominada “Variação do valor justo dos ativos biológicos”.

O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início do período e no final do período avaliado.

O valor dos novos ajustes, apurados pelas novas avaliações, contabilizado no resultado do exercício, será, por ocasião da distribuição de lucros, alocado na conta de retenção de lucros no patrimônio líquido, até a sua efetiva realização financeira e econômica.

A exaustão é calculada com base no corte das florestas e o custo do gado vendido pelo número de animais vendidos.

g. Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial e subseqüentemente ao valor justo. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

O custo inclui despesa que é diretamente atribuível a aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação se torna seu custo para a contabilização subseqüente.

h. Investimentos em controladas

São avaliados pelo método de equivalência patrimonial no balanço individual, em decorrência da participação da Companhia nestas empresas. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora e as práticas contábeis são as mesmas adotadas pela controladora.

i. Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, considerando-se a estimativa da vida útil-econômica dos respectivos componentes. As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na Nota 10. Se o valor contábil de um ativo for maior do que seu valor recuperável, constitui-se uma provisão para *impairment* de modo a ajustá-lo ao seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A Companhia e suas controladas não possuem bens do ativo imobilizado que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

j. *Impairment de ativos não financeiros*

Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem, que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

k. *Fornecedores*

Os valores a pagar aos fornecedores são obrigações decorrentes de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, os valores a pagar são apresentados como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo, amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, devido ao curto prazo de pagamento são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

l. *Custos de empréstimos*

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção de um ativo qualificável, que necessariamente requer um período longo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo até sua conclusão. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos.

m. *Provisões*

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente legal constituída com o resultado de eventos passados, sendo provável uma saída de recursos para liquidar determinada obrigação, mensurada com base na melhor estimativa disponível do valor provisionado.

Dentre as provisões levantadas, se encontram as provisões trabalhistas, cíveis e outras as quais são provisionados mediante avaliação de perda provável dos processos judiciais de acordo com a opinião dos assessores jurídicos e da Administração das empresas. Essa avaliação é feita considerando a natureza dos processos em questão, similaridades com causas julgadas anteriormente e andamento do julgamento das causas.

n. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes. Os impostos correntes sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base na legislação tributária brasileira em vigor, através do regime do lucro real na controladora e nas controladas Navegação Aliança Ltda. e Trevisa Operadora Portuária Ltda. e pelo regime de lucro presumido na controlada Trevo Florestal Ltda.

O imposto de renda e a contribuição social diferido no passivo não circulante são representados por:

- Impostos sobre a reserva de reavaliação contabilizado na controlada Navegação Aliança Ltda. O valor do imposto quando realizado é revertido para resultado.
- Impostos sobre valor justo de propriedade para investimentos na controladora e terra nua contabilizado na controlada Trevo Florestal Ltda.

Os impostos diferidos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido

Receita operacional

A receita operacional da venda de bens, serviços e locações no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda e locação.

Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem juros de rendimentos sobre aplicações financeiras, reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras incluem os juros efetivos sobre empréstimos calculados pelo prazo decorrido.

3 Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia e suas controladas, seguindo as políticas de aplicações de recursos, têm realizado suas aplicações financeiras em investimentos de baixo risco e mantidos em instituições financeiras de primeira linha. São considerados como equivalente de caixa devido a sua liquidez imediata junto às instituições financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Saldos bancários	67	13	217	634
Aplicações Financeiras	6	21	2.595	5.891
	<u>73</u>	<u>34</u>	<u>2.812</u>	<u>6.525</u>

As aplicações financeiras correspondem a Certificados de Depósitos Bancários – CDBs e são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

4 Clientes

A composição do saldo de clientes está a seguir demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Vencidos	-	-	597	69
A vencer de partes relacionadas	40	41	-	-
A vencer	219	175	1.441	2.418
	<u>259</u>	<u>216</u>	<u>2.038</u>	<u>2.487</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(11)	(101)
	<u>259</u>	<u>216</u>	<u>2.027</u>	<u>2.386</u>

Não é feito ajuste a valor presente dos valores a receber de clientes, devido ao curtíssimo prazo no seu recebimento, aproximadamente 5 dias na controladora e de 30 dias nas controladas e, os valores apurados são irrelevantes.

Do valor total vencido em 2011, R\$ 426 está vencido a menos de 16 dias, R\$ 69 vencidos entre 16 e 30 dias e R\$ 102 acima de 30 dias, praticamente, foram todos recebidos em janeiro de 2012.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventual perda em clientes.

5 Estoques

Os estoques no consolidado são representados por materiais de uso e consumo utilizados na manutenção das embarcações. Estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, líquido dos impostos compensáveis quando aplicável, sendo inferior aos valores de realização.

6 Lucros de controladas

Controladora

Saldos	Navegação Aliança Ltda.	Trevo Florestal Ltda.	Trevisa Operadora Portuária Ltda.	2011	2010
Ativo circulante:					
Partes relacionadas	-	1.899	2	1.901	2.106
Resultado do período:					
Receita de aluguel	219	77	-	296	405

A Companhia não possui transações relevantes com partes relacionadas, além da destinação de dividendos para acionistas e recebimento de lucros e de alugueis das controladas.

O pessoal-chave da administração das controladas é composto por pessoas que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades dessas empresas. A remuneração despendida até dezembro de 2011 representa um montante de R\$ 612, e declara que não possui benefícios indiretos, benefícios pós-emprego e participações e benefícios de longo prazo.

7 Ativo biológico

Os ativos biológicos no consolidado são formados por florestas de pinus e eucalipto e rebanho de gado. O saldo dos ativos biológicos da controlada é composto pelo custo de formação das florestas e rebanho de gado acrescido do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, para que o saldo de ativos biológicos como um todo seja registrado a valor justo, deduzidos dos custos necessários para colocação dos ativos em condição de uso ou venda. Demonstramos no quadro a seguir a movimentação da conta a partir do período findo em 31 de dezembro de 2010:

	Ativos biológicos		
	Florestas	Gado	Total
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2009	36.023	682	36.705
Aplicações em florestas em formação	382	-	382
Baixa do custo da venda de animais	-	(259)	(259)
Exaustão de florestas	(3.995)	-	(3.995)
Ajuste a valor justo	2.553	127	2.680
Saldos finais em 31 de dezembro de 2010	34.963	550	35.513
Aplicações em florestas em formação	476	-	476
Exaustão realizada	(4.244)	-	(4.244)
Baixa do custo da venda de animais	-	(167)	(167)
Ajuste a valor justo	3.616	40	3.656
Saldos finais em 31 de dezembro de 2011	34.811	423	35.234

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como, entre outras, o preço de venda, taxas de desconto e plano de corte, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

Os investimentos em florestas representam os custos na formação e manutenção de novos hortos florestais.

A exaustão e o custo dos animais vendidos são realizados pelo seu valor justo e considera o volume cortado e o número de animais vendidos.

As florestas possuem cobertura de seguro contra fogo na ordem de R\$ 17 milhões, representando aproximadamente 48% do valor justo. A Administração da controlada, com base em um trabalho técnico de gerenciamento de risco, aliado a disposição de seus hortos florestais e outras medidas tomadas para reduzir riscos de incêndio, entende que é remota a possibilidade de perda total em caso de sinistro.

Todos os ativos biológicos estão desonerados.

8 Propriedade para investimento

Representa o imóvel de propriedade da controladora localizado em Porto Alegre, RS e utilizado para locação a terceiros.

O imóvel está avaliado pelo seu valor justo. A Avaliação foi realizada por empresa especializada contratada "Safras & Cifras Assessoria Consultoria Agropecuária Ltda". Os laudos emitidos. Foram aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia.

O ajuste inicial foi reconhecido na conta de lucros acumulados e a seguir transferido para a conta de ajuste patrimonial dentro do patrimônio líquido. Sobre o valor do ajuste foi deduzido a parcela de imposto de renda e contribuição social, transferido para a conta Imposto de renda e contribuição social diferido no passivo não circulante.

9 Investimentos em controladas

	Navegação Aliança	Trevo Florestal	Trevisa Operadora Portuária	
Capital social	11.100	6.750	100	
Patrimônio líquido	51.783	46.377	100	
Quotas possuídas (milhares)	11.099	5.570	50	
Percentual de participação direto	99,999	69,507	50	
Lucro líquido do período	5.008	3.306	4	
Mutação nas contas				Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009	42.892	33.557	50	76.499
Equivalência patrimonial	4.983	1.462	2	6.447
Lucros distribuídos	-	(2.279)	(2)	(2.281)
Saldos 31 de dezembro de 2010	47.875	32.740	50	80.665
Equivalência patrimonial	5.008	2.298	2	7.308
Lucros distribuídos	(1.100)	(2.803)	(2)	(3.905)
Saldo 31 de dezembro de 2011	51.783	32.235	50	84.068

O controle indireto das controladas Trevo Florestal Ltda. e Trevisa Operadora Portuária Ltda. é exercido pela controlada Navegação Aliança Ltda. que detêm respectivamente as participações de 30,493% e 50,000% dessas empresas.

10 Imobilizado

a. Composição do imobilizado

<u>Controladora</u>	Taxas de Depreciação (%)	31/12/2011			31/12/2010
		Depreciação			Líquido
		Custo	Acumulada	Líquido	
Equipamentos e instalações	10	842	(498)	344	409
Veículos	20	75	(75)	-	-
Móveis e utensílios	10	123	(56)	67	76
Imobilizado em andamento	-	550	-	550	46
		1.590	(629)	961	531

<u>Consolidado</u>	Taxas de Depreciação (%)	31/12/2011			31/12/2010
		Depreciação			Líquido
		Custo	Acumulada	Líquido	
Terrenos		16.112	-	16.112	16.112
Prédios	4	684	(368)	316	343
Máquinas, Equipamentos e Instalações	10	4.835	(2.668)	2.167	2.449
Veículos	10 a 20	6.048	(4.002)	2.046	1.964
Moveis e utensílios	10 a 20	1.538	(916)	622	616
Embarcações	5 a 10	90.911	(37.124)	53.787	52.332
Em andamento	-	5.752	-	5.752	2.489
		125.880	(45.078)	80.802	76.305

b. Movimentação do imobilizado

<u>Controladora</u>	Equipamentos e Instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Imobilizado em andamento	Total
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2009	488	-	83	5	576
Adições	-	-	4	41	45
Depreciação	79	-	11	-	90
Saldo em 31 de dezembro de 2010	409	-	76	46	531
Adições	10	-	3	504	517
Depreciação	75	-	12	-	87
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2011	344	-	67	550	961

Consolidado	Terrenos	Prédios	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Embarcações	Imobilizado em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009	16.112	369	2.935	1.757	698	35.706	17.954	75.532
Adições	-	-	177	907	149	16	5.504	6.753
Encargos financeiros capitalizados	-	-	-	-	-	-	480	480
Transferências	-	-	-	-	-	21.449	(21.449)	-
Baixas	-	-	(242)	(23)	(92)	(734)	-	(1.091)
Depreciação	-	(26)	(422)	(677)	(139)	(4.105)	-	(5.369)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	16.112	343	2.449	1.964	616	52.332	2.489	76.305
Adições	-	-	64	1.012	182	174	10.047	11.479
Transferências	-	-	64	-	-	6.720	(6.784)	-
Baixas	-	-	-	(53)	(15)	(456)	-	(524)
Depreciação	-	(27)	(410)	(877)	(161)	(4.983)	-	(6.458)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	16.112	316	2.167	2.046	622	53.787	5.752	80.802

A Companhia e suas controladas não identificaram indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2011.

11 Fornecedores

Os saldos demonstrados em fornecedores no passivo circulante no montante de R\$ 178 (140 em 2010) na controladora e R\$ R\$ 1.699 (R\$ 1.446 em 2010) no consolidado são provenientes de compras no mercado nacional cujo prazo médio de pagamento é de aproximadamente 45 dias.

O valor demonstrado no passivo não circulante consolidado no montante de R\$ 370 em 2010 era originado da compra de tratores pela controlada Trevo Florestal Ltda., e no mês de março de 2011 foi financiado pela linha FINAME junto ao Banco Lage Landen.

12 Encargos sociais e tributários a pagar

Representam obrigações correntes representadas por:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Previdência social e FGTS	23	27	377	424
Salários a pagar	-	-	4	-
Obrigações Processuais	-	-	13	65
Provisão para férias, 13º salário e encargos	87	114	1.980	2.107
Obrigações Sociais e Trabalhistas	110	141	2.374	2.596
Tributos correntes	59	55	352	440
Obrigações Fiscais	59	55	352	440
	<u>169</u>	<u>196</u>	<u>2.726</u>	<u>3.036</u>

13 Financiamentos bancários

	Consolidado			
	2011		2010	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Navegação Aliança Ltda.				
BNDES - I e II	1.726	14.038	2.083	15.281
Caixa/RS - III	288	2.851	288	3.139
Banco Santander - capital giro - IV	1.199	-	2.091	101
Banco Santander - Finame V, VI	81	189	128	270
Banco Votorantin Finame - VII, VIII	40	41	40	81
Trevo Florestal Ltda.				
Banco Santander - Finame - IX	147	340	271	85
Banco Votorantin - Finame - X	163	206	178	400
Banco Lage Landen Finame - XI	74	290	-	-
Caixa Econômica Federal/BNDE - XII	24	54	-	-
	<u>3.742</u>	<u>18.009</u>	<u>5.079</u>	<u>19.357</u>

I - Contrato de financiamento para a construção da embarcação “Germano Becker”, firmado em junho de 2005. Está sendo amortizado mensalmente e seu último vencimento é setembro de 2018. Sobre 80% do principal do financiamento, incidem juros de acordo com a TJLP, acrescida de 3,5% ao ano e, sobre os demais 20% do principal, variação cambial e juros de 3,5% ao ano.

II - Contrato de financiamento para a construção da embarcação “Frederico Madörin”, firmado em outubro de 2008. O principal juntamente com os encargos será amortizado em 144 parcelas mensais a partir de dezembro de 2010. Os encargos são calculados com base na variação da TJLP acrescida de juros de 3,3 % ao ano.

III - Contrato de financiamento para construção da embarcação “Frederico Madörin” firmado em outubro de 2008. O principal juntamente com os encargos será amortizado em 144 parcelas mensais e seu ultimo vencimento ocorre em novembro de 2022. Os encargos são calculados com base na variação da TJLP acrescido de 3,8% ao ano. Em garantia dos financiamentos foi dada a propriedade fiduciária dos bens financiados, a embarcação “Trevo Roxo” para a Caixa/RS e aval da controladora.

IV - Refere-se a dois contratos de capital de giro com amortizações mensais e seu último vencimento é 16 de janeiro de 2012. Incide encargos de 1,18 e 1,19 % ao mês.

V - Contrato de financiamento para aquisição de equipamentos, firmado em junho de 2006. Está sendo amortizado mensalmente e, seu último vencimento, ocorre em junho de 2011. Incidem juros de acordo com a TJLP, acrescida de 4% ao ano.

VI - Contrato de financiamento para aquisição de equipamentos, firmado em agosto de 2010. Está sendo amortizado mensalmente e, seu último vencimento, ocorre em abril de 2015. Incidem juros de 4,5% ao ano.

VII - Contrato de financiamento para aquisição de equipamentos, firmado em novembro de 2008, com amortizações mensais até setembro de 2013. Incidem juros de acordo com a TJLP, acrescida de 4,4% ao ano.

VIII - Contrato de financiamento para aquisição de equipamentos, firmado em março de 2009, com amortizações mensais até março de 2014. Incidem juros de acordo com a TJLP, acrescida de 4,4% ao ano.

IX - Referem-se a 4 contratos de financiamentos de equipamentos e veículos transportadores, com amortizações mensais, sendo o último vencimento em maio de 2012. Incidem atualização monetária de acordo com a variação da TJLP acrescido de juros de 4 %.

X - Referem-se a 14 contratos de financiamentos de equipamentos e veículos transportadores, com amortizações mensais, sendo o último vencimento em junho de 2015. Incidem, em 6 contratos, atualização monetária de acordo com a variação da TJLP acrescido de juros de 4 a 4,5% e em 4 contratos, juros de 4,5% ao ano.

XI – Referem-se a 4 contratos de financiamentos de veículos transportadores, com vencimentos mensais, sendo o último em 16/11/2016. Incidem juros de 5,5% ao ano. Em garantia dos financiamentos foi dada a propriedade fiduciária dos bens financiados.

XII - Refere-se a um contrato de financiamento de veículo a ser amortizado em 48 parcelas mensais, sendo o ultima em 16/03/2015. Incidem juros de 1,02% ao mês. Em garantia dos financiamentos foi dada a propriedade fiduciária dos bens financiados.

Contratos de Mútuos

No passivo não circulante consolidado estão registrados contratos de mútuos no montante de R\$ 3.176 (R\$ 3.714 em 2010), obtidos junto a acionistas da controladora. As taxas de remuneração são de 1,3% ao mês a título de variação monetária e juros. Seu vencimento foi repactuado para 22/04/20

Companhia e suas controladas não identificaram indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2011.

14 Fornecedores

Os saldos demonstrados em fornecedores no passivo circulante no montante de R\$ 178 (140 em 2010) na controladora e R\$ R\$ 1.699 (R\$ 1.446 em 2010) no consolidado são provenientes de compras no mercado nacional cujo prazo médio de pagamento é de aproximadamente 45 dias.

O valor demonstrado no passivo não circulante consolidado no montante de R\$ 370 em 2010 era originado da compra de tratores pela controlada Trevo Florestal Ltda., e no mês de março de 2011 foi financiado pela linha FINAME junto ao Banco Lage Landen.

15 Encargos sociais e tributários a pagar

Representam obrigações correntes representadas por:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Previdência social e FGTS	23	27	377	424
Salários a pagar	-	-	4	-
Obrigações Processuais	-	-	13	65
Provisão para férias, 13º salário e encargos	87	114	1.980	2.107
Obrigações Sociais e Trabalhistas	110	141	2.374	2.596
Tributos correntes	59	55	352	440
Obrigações Fiscais	59	55	352	440
	<u>169</u>	<u>196</u>	<u>2.726</u>	<u>3.036</u>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, incidentes sobre propriedade para investimentos e terra nua, foram apurados sobre o valor justo contabilizado desses bens por ocasião da adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis e serão realizados quando de sua alienação. O imposto sobre reserva de reavaliação de embarcações contabilizada em 1991 é amortizado por depreciação, baixa ou venda. A parcela realizada do imposto tem como contrapartida uma conta de resultado denominada "Reversão de impostos sobre reserva de reavaliação".

16 Provisão para contingências

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Trabalhistas	-	-	607	647
Saturnismo (1)	3.700	4.875	3.700	4.875
Meio ambiente (2)	2.254	3.124	2.254	3.124
Cível	-	-	670	670
	<u>5.954</u>	<u>7.999</u>	<u>7.231</u>	<u>9.316</u>

No corrente período foram constituídas provisões trabalhistas na controlada Navegação Aliança Ltda. no montante de R\$ 180 e realizados pagamentos no montante de R\$ 220.

Na Controladora foram realizados pagamentos no montante de R\$ 2.045, sendo R\$ 1.175 de Saturnismo e R\$ 870 de Meio Ambiente.

a. Controladora

Todos os processos judiciais ajuizados contra a controladora se referem a passivos herdados de uma ex-controlada do grupo, denominada “Plumbum Mineração e Metalúrgica Ltda.”

Processos trabalhistas (1)

São representados por processos tramitando em primeira e segunda instância no estado da Bahia. Os pedidos são exclusivamente de danos por eventual exposição e contaminação por metais pesados. Nossos consultores jurídicos entendem que todos os processos podem ser considerados com perda provável. A Administração, juntamente com os consultores jurídicos entendem, que os valores provisionados são suficientes para cobrir eventuais prejuízos em decisões desfavoráveis.

Outros processos - (ação civil pública – meio ambiente) (2)

São representados por três processos, dos quais, dois tramitando na 3ª Vara Federal de Salvador e um na Vara Cível da Comarca de Apiaí, SP, que já possui sentença para executar os trabalhos de recuperação do solo. As partes envolvidas são: Ministério Público Federal da Bahia; Ministério Público Estadual da Bahia e de São Paulo. O objeto específico dos processos é o de mitigar eventuais danos causados ao meio ambiente pela ex-controlada Plumbum. A Administração, com base na opinião e pareceres dos seus consultores jurídicos e de meio ambiente, entende que existe a possibilidade de perda para os dois processos ainda não julgados e que o valor das provisões ora atribuídas é suficiente para cobrir eventuais prejuízos.

b. Controladas

Navegação aliança Ltda.

Processos trabalhistas

São representados por processos instaurados em diversas varas trabalhistas do Estado do RS entre os anos de 2003 a 2011, dos quais, 22 se encontram em 2ª instância. As principais postulações, entre outras, incluem diferenças de horas extras, equiparação salarial, adicionais e danos morais. Dos referidos processos dois no montante de R\$ 277, são considerados como perdas prováveis e, os demais, como perdas possíveis. A Administração, amparada nas opiniões e pareceres dos consultores jurídicos, entende que o valor da provisão constituída é suficiente para cobrir eventuais prejuízos em decisões desfavoráveis.

Processos cíveis

Constituído por um processo que tramita na Vara Cível da Comarca de Taquari, RS e outro tramitando na Vara de Acidente de Trabalho da Comarca de Porto Alegre, RS, movidos por dois ex-colaboradores da controlada. Um dos processos encontra-se pendente de recurso na 2ª instância e o outro pendente de recurso para o STJ. As postulações referem-se a dano moral e patrimonial por acidente de trabalho. Na opinião de nossos consultores jurídicos, a perda é considerada provável. Foi constituída provisão em montante julgado ser suficiente para cobrir possíveis perdas.

Trevo florestal Ltda.

Processo trabalhista

Representado por uma demanda que tramita na comarca de Rio Grande, RS, cujo objeto é, entre outros, diferença de horas extras e adicionais. A perda é considerada como provável e a Administração da Controlada constituiu provisão que entende como satisfatória para cobrir eventuais perdas.

17 Dividendos obrigatórios

Conforme artigo 27 do Estatuto Social da controladora o dividendo estatutário mínimo obrigatório correspondem a 25% do lucro líquido ajustado.

Os dividendos obrigatórios no montante de R\$ 1.605 foram calculados de acordo com o Estatuto Social a seguir demonstrado:

	2011	2010
Lucro líquido do exercício	6.953	3.425
Reserva legal:(5%)	(348)	(171)
Lucro após reserva legal	6.605	3.254
Reversão de reservas:		
Reserva de reavaliação	290	424
Lucro realizado sobre ajuste de ativos biológicos	3.181	1.194
Lucros a realizar sobre ajuste de ativos biológicos	(3.656)	-
Base de cálculo dos dividendos de 25%	6.420	4.872
Dividendos por tipo de ação:		
Ordinárias	665	504
Preferenciais	940	714
	1.605	1.218

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, em abril de 2011, passou de R\$ 13.500 para R\$ 20.000 mediante capitalização de reservas no montante de R\$ 6.500 (R\$ 5.783 de reservas de lucros e R\$ 717 de reservas de capital) sem emissão de novas ações. O capital social é representado por 766.044 ações ordinárias e 985.236 ações preferenciais sem valor nominal. As ações preferenciais sem direito a voto, tem prioridade no reembolso, em caso de liquidação da Companhia e recebem dividendos 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

b. Reserva de reavaliação

Com base nas disposições da Deliberação CVM 27/86, é mantido o saldo desta conta, que representa equivalência patrimonial reflexa calculada sobre a reavaliação de embarcações contabilizada no ano de 1991, pela controlada Navegação Aliança Ltda. É realizada por depreciação, baixa ou alienação dos bens reavaliados. O valor realizado é transferido para a conta de lucros acumulados.

A companhia optou por manter a Reserva de Reavaliação até a sua efetiva realização, em concordância com a Lei 11.638/07.

c. Reserva de lucros

i. Reserva legal

De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido do exercício auferido, que não exceda 20% do capital social, para constituição da reserva legal; ou poderá, a critério da Companhia, constituir até o limite de 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social da Companhia e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital, caso seja determinado pela assembleia de acionistas.

ii. Retenção de lucros

Representa os efeitos pelo reconhecimento dos ativos biológicos a valor justo. A companhia optou em reconhecer seus efeitos, como retenção de lucros, até serem realizados economicamente e financeiramente. Quando realizados são transferidos para lucros acumulados para distribuição.

iii. Ajuste de avaliação patrimonial

Representa o efeito da aplicação do custo atribuído a terra nua onde estão localizados os hortos florestais da controlada Trevo Florestal Ltda. e sobre o valor justo de propriedade para investimentos na controladora. Os valores estão demonstrados líquidos dos impostos.

iv. Reserva de investimentos e/ou reforço de capital de giro

Representa retenções de lucros destinados a investimentos e reforço de capital de giro.

v. Lucros por ações

O resultado por ações em 31 de dezembro de 2011 foi calculado com base no resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia. Não ocorreram alterações na quantidade de ações nos exercícios de 2011 e 2010.

19 Receita operacional líquida

A receita líquida é composta como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Vendas de serviços	-	-	44.331	45.202
Vendas de produtos	-	-	10.778	10.849
Receita de locações	1.745	1.392	1.449	863
Descontos	(1)		(65)	(49)
Impostos sobre venda de serviços	(163)	(126)	(2.976)	(3.216)
Receita Líquida	1.581	1.266	53.517	53.649

20 Custo / despesas por natureza

O quadro abaixo demonstra a composição dos principais gastos:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Gastos com pessoal	(1.004)	(1.019)	(16.423)	(15.657)
Combustível e lubrificantes	-	-	(6.574)	(7.298)
Gastos com manutenções	-	-	(2.513)	(3.558)
Resíduos de serraria	-	-	(589)	(572)
Serviço de estiva	-	-	(1.723)	(1.397)
Armazenagem e descarga	-	-	(159)	(606)
Depreciação	(87)	(90)	(6.458)	(5.369)
Amortização de ativos biológicos	-	-	(4.411)	(4.254)
Frete	-	-	(456)	(795)
Seguro	-	-	(986)	(988)
Viagens	(38)	(30)	(131)	(110)
Vistorias	-	-	(206)	(170)
Honorários e serviços terceiros	(241)	(180)	(1.895)	(1.221)
Água e energia elétrica	-	-	(244)	(216)
Comunicações	(9)	(10)	(250)	(271)
Material de exp. e sistemas	-	-	(284)	(191)
Publicações	(72)	(46)	(96)	(46)
Impostos e taxas	(64)	(55)	(280)	(270)
Materiais e serviços	-	-	(614)	(646)
Meio Ambiente	-	(947)	-	(947)
Rebocador	-	-	(1.066)	(1.002)
Afretamento	-	-	(304)	-
Despesas contenciosas	(373)	(1.814)	(303)	(1.731)
Despesas de condomínio	(16)	(197)	(16)	(197)
Outros gastos administrativos	(40)	(37)	(1.713)	(2.141)
	<u>(1.944)</u>	<u>(4.425)</u>	<u>(47.694)</u>	<u>(49.653)</u>
Distribuição:				
Custos das vendas e serviços	-	-	(39.534)	(38.750)
Remuneração dos administradores	(835)	(773)	(1.447)	(1.288)
Despesas administrativas	(1.109)	(3.652)	(6.713)	(9.615)
	<u>(1.944)</u>	<u>(4.425)</u>	<u>(47.694)</u>	<u>(49.653)</u>

21 Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Venda de bens permanentes	9	-	1.376	1.248
Receitas diversas	61	34	132	118
Custo baixa de bens patrimoniais	-	-	(525)	(1.091)
Amortização da aquisição de participação de acionistas não controladores	165	300	165	300
Valor justo ativos biológicos	-	-	3.656	2.680
Outras receitas (despesas) operacionais	235	334	4.804	3.255

22 Despesas financeiras líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receita financeira de aplicações	8	33	424	334
Outras receitas financeiras	4	8	36	140
Receitas financeiras	12	41	460	474
Variação monetária contratos de mútuo	-	-	(462)	(889)
Despesas bancárias	(3)	(2)	(22)	(33)
Encargos Refis	(236)	(236)	(236)	(236)
Juros e variações monetárias	-	-	(2.317)	(1.849)
Despesas financeiras	(239)	(238)	(3.037)	(3.007)
Despesas financeiras líquidas	(227)	(197)	(2.577)	(2.533)

23 Instrumentos financeiros

a. Classificação dos instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão integralmente reconhecidos contabilmente e são classificados como sujeitos a atualização por custo amortizado e, de acordo com a avaliação da Administração, não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias. Os principais instrumentos financeiros da Companhia em aberto em cada data base são os seguintes:

	31/12/2011	31/12/2010
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	2.812	6.525
Contas a receber	2.027	2.386
Adiantamentos a fornecedores	48	93
Outros créditos a receber	939	532
	<hr/>	<hr/>
	5.826	9.536
	<hr/>	<hr/>
Passivo		
Empréstimos e financiamentos	(21.751)	(24.436)
Fornecedores	(1.699)	(1.816)
Transações com partes relacionadas	(3.176)	(3.714)
	<hr/>	<hr/>
	(26.626)	(29.966)
	<hr/>	<hr/>

A Companhia não contratou instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e não mantém saldos em aberto referentes a estes instrumentos nestas datas.

b. Riscos de crédito

Exposição a riscos de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de crédito em suas atividades operacionais com as contas a receber e de aplicação de recursos, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros contratados.

Conforme demonstrado na nota explicativa nº 4, a Companhia reconhece provisão para créditos de liquidação duvidosa para cobrir o risco de crédito.

Os valores contábeis dos ativos financeiros ativos apresentados no item (a) acima representam a exposição máxima do crédito.

c. Risco de liquidez

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

31 de dezembro de 2011	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	2012	2013	2014 a 2016	2017 a 2022
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos e financiamentos	21.751	30.109	4.568	3.911	10.046	11.584
Fornecedores	1.699	1.699	1.699	-	-	-
Transações com partes relacionadas	3.176	4.501	-	-	4.501	-
Total	26.626	36.309	6.267	3.911	14.547	11.584

31 de dezembro de 2010	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	2011	2012	2013 a 2015	2016 a 2022
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos e financiamentos	24.436	35.681	7.157	4.107	10.339	14.078
Fornecedores	1.816	1.816	1.816	-	-	-
Transações com partes relacionadas	3.714	5.501	1.000	-	4.501	-
Total	29.966	42.998	9.973	4.107	14.840	14.078

d. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, impactam nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

e. Risco de taxa de juros

Perfil

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Valor contábil	
	31/12/2011	31/12/2010
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros	2.595	5.891
Passivos financeiros	(24.927)	(28.150)

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumento de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e a Companhia não designa derivativos (*swaps* de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Um aumento de 1% nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras, não teria reflexo relevante no patrimônio e no resultado dos exercícios de 2011 e 2010 de acordo com os montantes mostrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis são mantidas constantes.

	Patrimônio líquido e resultado do exercício 31/12/2011	Patrimônio líquido e resultado do exercício 31/12/2010
Análise de sensibilidade taxa variável (1%)		
Alteração na taxa de juros sobre financiamentos	266	309

f. Valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, sujeitos a atualização monetária, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	31 de dezembro de 2011		31 de dezembro de 2010	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	2.812	2.812	6.525	6.525
Transações com partes relacionadas	3.176	3.176	3.714	3.714
Financiamentos e empréstimos	21.751	21.751	24.436	24.436

Na avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros, foram consideradas as seguintes premissas pela Administração da Companhia:

Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras possuem liquidez diária com recompra considerando remuneração prevista na curva de rendimento do instrumento e, desta forma, seu valor contábil reflete seu valor justo.

Transações com partes relacionadas

A operação é contratada a encargos fixo e o montante demonstrado representa o saldo devido na data das demonstrações.

Financiamentos e empréstimos

Os valores demonstrados nas demonstrações financeiras representam o valor justo dos empréstimos e financiamentos, uma vez que, a Companhia, apropria os encargos pelo prazo decorrido.

24 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

25 Segmentos operacionais

As atividades operacionais são desenvolvidas de forma autônoma em cada uma das empresas as quais, de forma resumida a seguir relatamos:

Atividade de transporte aquaviário

É desenvolvida pela controlada Navegação Aliança Ltda. com uma frota de 15 embarcações com capacidade estática de 50 mil toneladas ou o equivalente a mais de 2.500 caminhões. A capacidade varia de 1,4 a 5,2 mil toneladas por embarcação. Possui um estaleiro na cidade de Taquari - RS onde constrói e é feita a manutenção das embarcações. Todas contam com tecnologia de ponta em segurança, como a navegação por satélite e sofisticados equipamentos de navegação que contribuem para uma navegação mais econômica e segura.

Opera nos sentidos Rio Grande / Porto Alegre, principalmente fertilizante e trigo importado da Argentina. No sentido Porto Alegre / Rio Grande as principais cargas são cavaco de madeira e soja (grãos e farelo). Existem ainda outras cargas em menor volume como sal, celulose, cevada, clínquer, arroz e carvão.

Atividade de reflorestamento

É desenvolvida pela Trevo Florestal que conta com uma área aproximada de 12 mil hectares ao sul de Rio Grande. Despontando como uma das grandes representantes do setor de reflorestamento regional, produz pinus e eucalipto em cerca de 6.500 hectares plantados em uma área própria, junto à Reserva Ecológica do Taim, no Rio Grande do Sul. São aproximadamente 15 quilômetros de costa marítima administrados com uma filosofia de harmonia entre os processos de trabalho, meio ambiente e comunidade local.

Um dos principais objetivos de suas atividades é manter-se como uma referência nacional no gerenciamento auto-sustentável de florestas plantadas, gerando produtos florestais com qualidade através da melhoria contínua.

Em 2007, a Trevo Florestal passou a produzir biomassa a partir de resíduos florestais que contribuem para a substituição da queima de combustíveis fósseis, diminuindo a emissão de poluentes e contribuindo para a preservação do meio ambiente.

Atividade de locação de salas

É operada pela controladora que é proprietária de um imóvel em Porto Alegre-RS, com área aproximada de nove mil m², cujas salas comerciais são destinadas à locação.

Demonstramos nos quadros a seguir os resultados operacionais por segmento:

a. Resultados operacionais por segmento em 31/12/2011

			Trevisa		
	Navegação Aliança	Trevo Florestal	Operadora	Investimentos	Consolidado
Venda líquida de produtos	-	10.226	-	-	10.226
Venda líquida de serviços	41.786	-	220	-	42.006
Receita de locações	-	-	-	1.581	1.581
Custos dos serviços e produtos vendidos	(30.435)	(8.889)	(210)	-	(39.534)
Eliminação receita de aluguel de controladas	-	-	-	-	(296)
Lucro bruto	11.351	1.337	10	1.581	13.983
Despesas administrativas	(5.030)	(1.473)	(9)	(1.944)	(8.456)
Outras receitas (despesas) operacionais	797	3.771	1	235	4.804
Equivalência patrimonial	1.010	-	-	7.308	-
Eliminação despesa de aluguel de controladas	-	-	-	-	296
Resultado antes dos efeitos financeiros	8.128	3.635	2	7.180	10.627
Receitas financeiras	344	100	4	12	460
Despesas financeiras	(2.711)	(86)	(1)	(239)	(3.037)
Resultado antes dos impostos	5.761	3.649	5	6.953	8.050

b. Resultados operacionais por segmento em 31/12/2010

	Navegação Aliança	Trevo Florestal	Trevisa		Consolidado
			Operadora	Investimentos	
Venda líquida de produtos	-	10.296	-	-	10.296
Venda líquida de serviços	42.086	-	404	-	42.490
Receita de locações	-	-	-	1.266	1.266
Custos dos serviços e produtos vendidos	(29.569)	(8.783)	(398)	-	(38.750)
Eliminação receita de aluguel de controladas	-	-	-	-	(403)
Lucro bruto	12.517	1.513	6	1.266	14.899
Despesas administrativas	(5.476)	(1.397)	(8)	(4.425)	(11.306)
Outras receitas (despesas) operacionais	556	2.364	-	334	3.254
Equivalência patrimonial	644	-	-	6.447	-
Eliminação despesa de aluguel de controladas	-	-	-	-	403
Resultado antes dos efeitos financeiros	8.241	2.480	(2)	3.622	7.251
Receitas financeiras	381	45	8	41	474
Despesas financeiras	(2.673)	(96)	-	(238)	(3.007)
Resultado antes dos impostos	5.949	2.429	6	3.425	4.718

26 Operação descontinuada

O Conselho de Administração da Controladora em reunião realizada em 23 de agosto de 2011 aprovou a descontinuidade das operações da controlada Trevisa Operadora Portuária Ltda.

As demonstrações financeiras desta controlada em 31 de dezembro de 2011 apresentam:

- a. Um ativo total de R\$ 112, equivalente a 0,1155% do ativo da controladora e de 0,087% no consolidado.

- b.** Um passivo circulante de R\$ 12 sem qualquer relevância nos balanços da controladora e do consolidado.
- c.** Não registrou nenhuma receita após o mês de abril de 2011 encerrando o exercício com receita líquida de R\$ 220, representando 0,411% da receita líquida consolidada.
- d.** Um lucro líquido acumulado de R\$ 3 cuja representatividade no lucro da controlada é de 0,043%.

Por não se apresentar relevante a Companhia não demonstrou no resultado do exercício os efeitos da operação descontinuada, os efeitos estão demonstrados na nota 25 (a) e (b).
